

Universidade do estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Programa de Estudos de América Latina e Caribe

Bolsista: Brena da Silva Ferreira (IC)

Linha de Pesquisa: Estado, conflitos sociais e questão social no Brasil

Período de Coleta: 8 de outubro de 2020 a 31 de outubro de 2020

Data da notícia: 08/10/2020

Título: Estudo da FGV aponta que RJ é o único estado do Brasil onde a pobreza aumentou durante a pandemia

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Horário de acesso: 8 de outubro de 2020 às 22h 43min

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/10/08/estudo-da-fgv-aponta-que-rj-e-o-unico-estado-do-brasil-onde-a-pobreza-aumentou-durante-a-pandemia.ghtml>

“Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelou que nem o auxílio emergencial, pago pelo Governo Federal durante a pandemia, foi capaz de impedir o aumento da pobreza no Rio de Janeiro. Segundo os dados da pesquisa, o RJ foi o único estado do país onde isso aconteceu.

O auxílio emergencial é pago a mais de 67 milhões de brasileiros, sendo mais de 5 milhões de pessoas atendidas no Rio de Janeiro, num total de 35% da população.

Em julho e agosto deste ano, a pobreza no Brasil diminuiu 3,74%. O número de pessoas que vivem com menos de um salário mínimo caiu em quase 4%.

No Norte e Nordeste, regiões que historicamente registram os piores indicadores sociais do país, o número de pobres encolheu em 3,17 % (Norte) e 2,3% (Nordeste). Entretanto, no RJ o movimento foi o contrário: a faixa da população mais pobre cresceu 1,55%.

O estudo também estima que a pobreza deve aumentar com o fim do pagamento do auxílio. "Ela levou a essa redução de 15 milhões de pobres de antes da pandemia até agosto, só que agora, a partir de outubro, esse benefício cai a metade e, em dezembro, ele acaba. Então 15 milhões de pessoas que saíram da pobreza, equivalente a meia população da Venezuela, vão voltar pra pobreza", comentou Marcelo Neri, economista da FGV.”

Data da notícia: 10/10/2020

Título: 'Sem Mercosul, União Europeia cai nos colo dos EUA', diz associação de exportadores

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Horário de acesso: 14 de outubro às 16h 46min

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/10/10/sem-mercosul-uniao-europeia-cai-nos-colo-dos-eua-diz-associacao-de-exportadores.ghtml>

"No momento em que repercute internacionalmente a queimada de florestas na Amazônia e no Pantanal, o Parlamento Europeu sinalizou nesta semana que a ratificação do acordo comercial entre União Europeia e Mercosul está sob risco devido à política ambiental dos países do bloco sul-americano, numa mensagem direcionada principalmente ao Brasil.

Apesar disso, o presidente-executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, disse à BBC News Brasil que se mantém confiante na implementação do acordo por ser algo que interessa aos dois blocos.

Lembrando que "os dois grandes fornecedores mundiais de agronegócio são Brasil e Estados Unidos", ele argumenta que o acordo com o Mercosul deixa a Europa numa posição mais favorável para negociar com os americanos.

"Se não tiver acordo entre Mercosul e União Europeia, basicamente a Europa cai no colo dos Estados Unidos. Eu acho que é mais fácil (para os europeus) negociar com o Mercosul do que com os Estados Unidos. O acordo interessa aos dois lados", afirma Castro.

No entanto, dentro da Comissão Europeia discute-se a possibilidade de que a parte estritamente comercial do acordo possa entrar em vigor provisoriamente apenas com a aprovação do Parlamento Europeu. Além da parte de comércio, o acordo tem outros dois pilares: questões políticas e de segurança, e cooperação econômica e institucional.

Na quarta-feira (07/10), porém, o Parlamento Europeu deu uma sinalização negativa para esse caminho — o órgão aprovou uma emenda ao relatório sobre aplicação da política comercial europeia recomendando que o "acordo UE-Mercosul não pode ser ratificado na sua forma atual". A emenda foi incluída pela bancada francesa do Parlamento Europeu e seu texto inicial citava nominalmente o presidente Jair Bolsonaro, mas a versão final excluiu a menção direta ao mandatário brasileiro.

Essa emenda não impede a aprovação do acordo com o Mercosul, mas tem o valor simbólico de sinalizar o descontentamento com a política ambiental brasileira e a tentativa de usar a negociação comercial como forma de pressão na área ambiental. Em 21 de setembro, o vice-presidente da Comissão Europeia, Valdis Dombrovskis, já havia dito o bloco esperava "um claro compromisso" do Mercosul de garantir que respeitará a seção "desenvolvimento sustentável" do acordo.

"Estamos confiantes de que os fatos prevalecerão à medida que o texto avança para as próximas fases do processo de ratificação, garantido a manutenção desse acordo, fruto do diálogo estabelecido ao longo de duas décadas, que beneficiará as economias de ambas as regiões e, particularmente, oferecerá à sociedade europeia maior acesso ao etanol e ao açúcar produzidos de forma altamente sustentável, tanto em aspectos sociais quanto ambientais", disse em nota a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica).

O acordo entre Mercosul e União Europeia formará uma das maiores áreas de livre comércio do planeta — os dois blocos representam cerca de 25% da economia mundial e tem um mercado de 780 milhões de pessoas (quase 10% da população do mundo).

Segundo estimativas do Ministério da Economia do Brasil, o acordo representará um incremento no PIB do país equivalente a R\$ 336 bilhões em 15 anos, com potencial de chegar a R\$ 480 bilhões, se forem levados em conta aspectos como a redução de barreiras não tarifárias.

Do lado europeu, a implementação do acordo deve favorecer a exportação ao Mercosul de produtos industrializados e de itens alimentícios, como vinhos e azeite.

O governo brasileiro tem reagido às pressões europeias dizendo que as ameaças de não ratificação do acordo comercial refletem o lobby de setores agrícolas em alguns países europeus, como França e Irlanda, que temem perder mercado para o Mercosul.

Para José Augusto de Castro, da AEB, está faltando "diálogo" entre os dois blocos. Ele diz que o Brasil precisa mostrar os benefícios do acordo para o consumidor na Europa. "Na verdade, o consumidor europeu ele não está muito preocupado (com questão ambiental). Ele quer ter um produto com qualidade e bom preço, que é exatamente o que o Brasil oferece", acredita.

O aumento da destruição de florestas tornou o Brasil alvo de constantes críticas internacionais, não só vindas da União Europeia. Na semana passada (29/09), o desmatamento na Amazônia foi o ponto que levou o Brasil a ser citado no debate entre os candidatos à Presidência americana Joe Biden e Donald Trump.

Biden disse que "começaria imediatamente a organizar o hemisfério e o mundo para prover US\$ 20 bilhões para a Amazônia, para o Brasil não queimar mais a Amazônia".

"(A comunidade internacional diria ao Brasil) aqui estão US\$ 20 bilhões, pare de destruir a floresta. E se não parar, vai enfrentar consequências econômicas significativas", afirmou Biden no debate.

A declaração gerou uma resposta imediata e revoltada do presidente Jair Bolsonaro, que classificou o comentário como "lamentável", "desastroso e gratuito" e fez uma série de postagens críticas a Biden no Twitter."

Data da notícia: 11/10/2020

Título: Violência contra mulher: 'Vítimas estão morrendo sem conseguir fazer denúncias', diz juíza

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Horário de acesso: 14 de outubro às 17h 08min

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/10/11/violencia-contramulher-vitimas-estao-morrendo-sem-conseguir-fazer-denuncias-diz-juiza-do-df.ghtml>

"A pandemia do novo coronavírus e as medidas de distanciamento social trouxeram à tona casos de violência doméstica. As mulheres, especialmente as mais pobres, têm sido as mais afetadas em todo país, mostram levantamentos publicados pelo G1, por meio do projeto Monitor da Violência.

No Distrito Federal, houve um aumento de 13% no número de flagrantes relacionados à Lei Maria da Penha, segundo a Polícia Civil. Por outro lado, as denúncias caíram durante o período de isolamento. Entre janeiro e julho deste ano, foram 9.702 registros, contra 9.910 no primeiro semestre de 2019.

À frente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a juíza Renata Gil de Alcântara Videira – primeira mulher a presidir a AMB em 70 anos – se tornou pioneira ao liderar a campanha nacional "Sinal Vermelho". Em junho, em um dos picos da pandemia, a iniciativa tornou as farmácias pontos de denúncia e de ajuda às mulheres violentadas.

"Recebemos relatos de mulheres mantidas há 10 anos em cárcere privado que viram a campanha [Sinal Vermelho] na TV e foram até a delegacia", conta a juíza.

Renata diz que ficou impressionada com o alto número de processos de violência contra a mulher. "É o quarto maior volume na Justiça brasileira, segundo o CNJ [Conselho Nacional de Justiça]", explica.

Por outro lado, diz ela, "quando veio a pandemia, vimos aumento do número de feminicídios e o decréscimo dos registros dessas ocorrências". Para a magistrada, o problema está na subnotificação dos casos.

"Os dados indicam que mulheres estão morrendo sem conseguir fazer denúncias", diz a presidente da AMB.

"Embora a violência aconteça em todas as classes sociais, as de baixa renda têm maior dificuldade em denunciar e enxergar que são vítimas de violência, que o que sofrem em casa é crime."

Data da notícia: 14/10/2020

Título: Portas abertas para a privatização da água

Fonte pesquisada: <https://www.extraclasse.org.br>

Horário de acesso: 15 de outubro às 22h 13min

Link da notícia:

<https://www.extraclasse.org.br/movimento/2020/10/portas-abertas-para-a-privatizacao-da-agua/>

“Conforme o Instituto Trata Brasil, no Rio Grande do Sul uma parcela de 13,6% da população vive sem acesso à água e 67% sem coleta de esgoto. Os dados do último levantamento são de 2018 e apontam, ainda, que 12,1% (mais de 17 mil pessoas somente em Porto Alegre) recebem água de forma irregular, o que não garante qualidade adequada para a manutenção da saúde.

O novo marco regulatório do saneamento favorece a ofensiva pela privatização ao retirar o caráter público dos serviços. Aprovada com 12 vetos no dia 12 de julho, a Lei 14.026/2020 altera a Lei 11.107/2005 que impedia a prestação dos serviços públicos de água e esgoto por contrato de programa. Na prática, isso impossibilita que as empresas públicas tenham tempo necessário para as adequações dos contratos aos cronogramas previstos para universalização dos serviços e celebrem vínculos jurídicos em cidades onde o contrato está vencido ou por vencer.

Assim, contratos em vigor serão transformados em concessões à empresa privada que assumir a estatal. Os atuais serão mantidos até março de 2022. Após esse prazo poderão ser renovados por 30 anos, desde que comprovem viabilidade econômico-financeira, ou seja, se conseguem se manter por conta própria – via cobrança de tarifas e contratação de dívida.

Ao vetar o artigo 16, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) acabou com o subsídio cruzado. Com isso, a execução de obras e prestação de serviços aos municípios mais pobres, que são financiados, em parte, pelos municípios mais ricos, fica inviabilizada. O geólogo Sérgio Cardoso, vice-presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Gravataí, exemplifica: “Gravataí possui 276 mil habitantes, algum recurso dali é utilizado para manter Glorinha, que tem apenas 8 mil habitantes. Isso vai acabar. Queremos eficiência do setor, mas o problema é estrutural e se vende a ilusão para a população de que tudo vai se resolver sendo privatizado”, alerta.

Os riscos maiores recaem sobre os 231 municípios com menos de 5 mil habitantes. O presidente do Sindiágua, Arilson Wunsch, acredita que as eleições municipais tiraram o foco da mobilização pela derrubada do veto ao artigo 16. “Toda nossa luta para garantir que a água chegue às pessoas mais carentes, mesmo nos municípios menores, depende disso. É muito mais grave que privatizar a telefonia, por exemplo. Uma pessoa pode ficar dias sem telefone, mas sem água ela não sobrevive. É questão de saúde e é isso que está em jogo”, constata.

O presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Água Pública, deputado Jeferson Fernandes (PT), lembra do início da mobilização privatista da água. Quando Uruguaiana rompeu o contrato com a Corsan e passou o serviço de saneamento para a Foz do Brasil, empresa do grupo Odebrecht. Divulgado como caso de sucesso, o município acumula dívidas até hoje.

“É um baita esquema. No mundo afora a situação se assemelha, sempre há corrupção e um esforço para a desconstituição do que é público. Prevejo como nova temporada de uma série. Se uma empresa ganha licitação, o poder público fica com as dívidas, a empresa não faz investimentos e não honra contratos”. Aqui no Brasil se sabe que temos uma mina de ouro. “As pessoas não se dão conta. Mas, não vai chegar a 20 anos e a água vai custar mais que o petróleo,” ressalta Fernandes.

Manifestos contrários tiveram repercussão internacional. Num alerta para o Brasil, o chileno Víctor Bahamonde, integrante do Movimento de Defesa pelo acesso à Água, à Terra e à Proteção do Meio Ambiente (Modatima), organização da região de Valparaíso, enviou vídeo para Erechim, somando esforços. Ele fala da situação crítica do Chile, onde após mais de 20 anos de privatização a população precisa escolher entre lavar roupa ou cozinhar.”

Data da notícia: 15/10/2020

Título: Após ex-vice-líder do governo ser flagrado com dinheiro na cueca, Bolsonaro diz lamentar desvios de recursos da saúde

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/15/apos-ex-vice-lider-do-governo-ser-flagrado-com-dinheiro-na-cueca-bolsonaro-diz-lamentar-desvios-de-recursos-da-saude.ghtml>

“O presidente Jair Bolsonaro disse nesta quinta-feira (15), ao comentar o caso do ex-vice-líder do governo no Senado Chico Rodrigues (DEM-RR), flagrado tentando esconder dinheiro na cueca, que lamenta desvios de recursos da saúde.

Rodrigues foi alvo de uma operação da Controladoria-Geral da União (CGU) com a Polícia Federal que investiga desvios de verba pública em Roraima, destinada para o combate à Covid-19. Nesta quinta, ele pediu para deixar a vice-liderança do governo, cargo que ocupava desde março de 2019.

A PF divulgou as primeiras informações da operação nesta quarta (14), pouco depois das 10h, no horário de Brasília. A corporação não forneceu mais detalhes sobre as buscas na casa do senador e alegou que o processo está sob sigilo.

Bolsonaro comentou o caso com apoiadores na porta do Palácio da Alvorada e depois divulgou a conversa nas redes sociais.

"Agora, a CGU está de olho. A nossa Polícia Federal está de olho e tomamos decisões. Lamento os desvios de recursos, seria bom que não houvessem porque afinal de contas, quando se desviam recursos da saúde, inocentes morrem", disse o presidente.

Bolsonaro afirmou também que o fato de Rodrigues ter sido vice-líder não significa que o governo não combate a corrupção.

Em nota, Chico Rodrigues afirmou que sua casa foi invadida "apenas" porque ele fez seu "trabalho como parlamentar".

"A Polícia Federal cumpriu sua parte em fazer buscas em uma investigação na qual meu nome foi citado. No entanto, tive meu lar invadido por apenas ter feito meu trabalho como parlamentar, trazendo recursos para o combate à Covid-19 na saúde do estado", disse o senador.

Em um vídeo que circula nas redes sociais, Bolsonaro disse para Regueira que os dois tinham "quase uma união estável". A frase de Bolsonaro foi uma resposta ao fato de Rodrigues ter mencionado, no vídeo, que ambos eram amigos havia mais de 20 anos na Câmara dos Deputados.

O vídeo não identifica a data em que foi gravado. A imagem mostra Bolsonaro e Rodrigues em um gabinete, com uma bandeira do Brasil e outra do estado de São Paulo ao fundo. Os dois estão sentados lado a lado. (...)

Chico Rodrigues emprega em seu gabinete um sobrinho de Bolsonaro, Leonardo Rodrigues de Jesus, conhecido como Léo Índio. Ele tem cargo em comissão de assessor parlamentar e, no mês de setembro, recebeu salário bruto de R\$ 22.943."

Data da notícia: 15/10/2020

Título: Violência contra povos indígenas, devastação ambiental e o Acordo Mercosul-UE

Fonte pesquisada: <https://www.extraclasse.org.br>

Link da notícia:

<https://www.extraclasse.org.br/opinioao/2020/10/violencia-contra-povos-indigenas-devastacao-ambiental-e-o-acordo-mercosul-ue/>

“O Relatório do Cimi aponta que, em 2019, houve o aumento de casos em 16 das 19 categorias de violência sistematizadas pela publicação. O documento destaca o aumento de registros na categoria “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio” que, de 109 casos registrados em 2018, saltou para 256 casos no ano passado. “As terras indígenas estão sendo invadidas de modo ostensivo e pulverizado de Norte a Sul”, resume o relatório. Em alguns casos, os próprios invasores mencionaram o nome do presidente Jair Bolsonaro, o que, na avaliação do Cimi, evidencia que “suas ações criminosas são incentivadas por aquele que deveria cumprir sua obrigação constitucional de proteger os territórios indígenas, patrimônio da União”.

O aumento de casos também quase dobrou, em comparação com 2018, em outras cinco categorias: “conflitos territoriais” (de 11 para 35 casos); “ameaça de morte” (de 8 para 33 casos); “ameaças várias” (de 14 para 34); lesões corporais dolosas” (de 5 para 13); e “mortes por desassistência” (que passou de 11, em 2018, para 31 casos, em 2019).

O Relatório Violência Contra os Povos Indígenas também aponta a conexão entre essas agressões e a destruição ambiental, assinalando que “a explosão de incêndios criminosos que devastaram a Amazônia e o Cerrado em 2019, com ampla repercussão internacional, deve ser inserida nessa perspectiva mais ampla de esbulho dos territórios indígenas”. Muitas vezes, acrescenta, “as queimadas são parte essencial de um esquema criminoso de grilagem, em que a ‘limpeza’ de extensas áreas de mata é feita para possibilitar a implantação de empreendimentos agropecuários, por exemplo (...) os invasores desmatam, vendem as madeiras, tocam fogo na mata, iniciam as pastagens, cercam a área e, finalmente, com a área ‘limpa’, colocam gado e, posteriormente, plantam soja ou milho”.

Diante das crescentes agressões contra povos indígenas e da devastação ambiental na Amazônia e no Cerrado, aumenta também a mobilização de entidades internacionais para boicotar produtos brasileiros e tratados comerciais com o Brasil. Também no dia 30 de setembro, a organização Amigos da Terra Brasil lançou o relatório Queimando a Amazônia: um crime corporativo global – um alerta para frear o Acordo de Livre Comércio Mercosul-União Europeia, que defende a necessidade de barrar esse acordo. Segundo o relatório, os incêndios na Amazônia são um alerta de que o Tratado de Livre Comércio entre a União Europeia e o Mercosul significa uma catástrofe para a floresta tropical e outros biomas brasileiros, seus povos e o clima.”

Data da notícia: 16 /10/2020

Título: 'São mais e mais famílias pedindo': as filas por comida na cidade mais rica do país

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/16/sao-mais-e-mais-familias-pedindo-as-filas-por-comida-na-cidade-mais-rica-do-pais.ghtml>

“Dezenas de pessoas se aglomeram em uma fila que dobra o quarteirão no centro de São Paulo. Em meio à pandemia do novo coronavírus, o distanciamento social é desrespeitado e muitos não usam máscara.

São moradores de rua, entregadores e pessoas que trabalham na região que aguardam até por mais de uma hora pelo combustível que lhes garantirá energia para o resto do dia: um prato de comida.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 10 milhões de brasileiros vivem em situação de insegurança alimentar grave.

A pesquisa, que se refere aos anos de 2017 e 2018, aponta ainda que o total de brasileiros que passam fome cresceu, segundo o órgão, em 3 milhões de pessoas em cinco anos.

Todas as segundas, o padre José Mario Ribeiro sai da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, no Tatuapé, na Zona Leste da capital, ao lado de outros 12 voluntários, para entregar 1.400 marmitex na praça da Sé, no centro. Segundo ele, hoje o número de refeições é sete vezes maior que no início do ano.

Ele conta que percebeu não só um aumento no número de pessoas em busca das quentinhas, mas também a chegada de um público diferente. "Não é mais só o pessoal de rua. A gente está percebendo que muitas pessoas passam para buscar por estarem desempregadas e estarem com fome. Ontem mesmo um senhor me disse que trabalhou o dia inteiro sem comer e que estava nos esperando para pegar uma marmita que seria a única refeição dele", disse o padre em entrevista à BBC News Brasil.

O frei João Paulo Gabriel, da Tenda Franciscana, disse que o início da pandemia, em março, marcou o começo de uma explosão de pessoas em busca de comida no centro de São Paulo. Depois do início da pandemia, os voluntários perceberam a aproximação de pessoas com um perfil diferente.

"A gente tinha um público 100% de população de rua, mas ele foi mudando. Hoje há muitas pessoas que vivem em ocupações, gente que tem casa e não tem condição de comprar uma refeição. São pessoas que faziam bico e não tem mais, que não tem mais carteira assinada. Tem pessoas desesperadas imaginando como vão sobreviver quando terminar o auxílio emergencial", afirmou o Frei João.

A intenção, diz a fundadora do Mãos de Maria Brasil, Elizandra Cerqueira, era ajudar principalmente as pessoas que perderam o emprego na pandemia, principalmente as mulheres.

"Temos a missão de gerar renda na favela através da culinária e combater a violência contra a mulher. Nosso objetivo inicial seria produzir 2 mil marmitas por dia, mas a pandemia virou algo maior do que prevíamos e chegamos a entregar 10 mil marmitas por dia, numa mobilização com o G10 das favelas e empresas do setor privado", afirmou.

Desempregado há um ano, o porteiro Enéias de Camargo Nogueira, de 53 anos, é uma das pessoas que recebem diariamente as marmitas produzidas pelo Mãos de Maria.

"Já pego há três meses e é isso que me ajuda a me manter nesses tempos", afirmou.

Na mesma fila, Edmilson da Silva faz bicos em construção civil, mas também está desempregado. Ele pega três marmitas para dividir com a mãe, o pai e a irmã.

"Só o meu pai está trabalhando. E essa é uma grande ajuda, já que a gente está sem renda no momento", afirmou.

"As pessoas entram em desespero por medo não conseguir comida. Mesmo a gente explicando, elas querem ficar ali e esperar mais de duas horas para garantir que vão ter o que comer", disse a fundadora do programa."

Data da notícia: 19/10/2020

Título: Homicídios e violência doméstica aumentam durante pandemia no RN, diz Anuário

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/10/19/anuario-da-violencia-2020-homicidios-e-violencia-domestica-aumentam-durante-pandemia-no-rn.ghtml>

"A violência aumentou no Rio Grande do Norte, ao longo do primeiro semestre de 2020, na comparação com o primeiro semestre de 2019, de acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020, lançado pela Fórum de Segurança Pública nesta segunda-feira (19). O estudo buscou levantar o impacto da pandemia do coronavírus sobre os dados da segurança pública neste período.

Para os pesquisadores, embora as previsões mais pessimistas não tenham se concretizado, o Brasil voltou a registrar aumento de mortes e perdeu "uma grande oportunidade de transformar a tendência de redução das mortes violentas intencionais observada entre 2018 e meados de 2019" em algo permanente.

De janeiro a julho, o estado registrou aumento superior a 11% nas mortes violentas intencionais, que envolvem casos de homicídios, latrocínios, e também de mortes por intervenção das polícias. Já os estupros de vulneráveis tiveram crescimento de 47,5% e a lesão corporal e a ameaça contra mulheres também registraram altas.

No primeiro semestre de 2020, os dados apontam um crescimento superior a 11,8% nas mortes violentas intencionais, que chegaram a 797 contra 713 no mesmo período de 2019. O aumento é maior que a média nacional, que ficou em pouco mais de 7%.

O número de homicídios dolosos aumentaram 12,1% no estado, passando de 535 de janeiro a julho de 2019 para 600. Ainda no mesmo período, a quantidade de latrocínios, que são os roubos seguidos de morte, passou de 32 para 39 - aumento de 21,9% - na contramão do resultado nacional, que foi de queda de 13,6%.

O número de feminicídios caiu mais de 28% no período, por outro lado a violência doméstica aumentou no semestre. Enquanto o Brasil reduziu o número de lesão corporal dolosa contra vítimas do sexo feminino em 9%, o Rio Grande do Norte aumentou 13,6%, passando de 952 no primeiro semestre de 2019 para 1.081 no primeiro semestre de 2020.

Na mesma linha, enquanto o país reduziu o número de ocorrências de ameaça contra mulheres em mais de 15%, o estado aumentou o número de casos de 1.265 para 1.612 (aumento de 27,4%). Já os estupros aumentaram 5,9%, passando de 204 para 216. Dentro dos casos, porém, houve uma "explosão" de estupro de vulneráveis entre as mulheres. Foram 118 ante 73 no mesmo período de 2019 - crescimento de 61,6%.

Embora tenha registrado redução de quase 2% no número de roubos de veículos e de quase 20% no total de roubos, o estado registrou praticamente o dobro do número de pessoas roubadas nas ruas. O número passou de 3.205 em 2019 para 6.344 em 2020 - aumento de quase 98%.

Ainda de acordo com o estudo, o Rio Grande do Norte tem a maior taxa de casos de injúria racial do país. São 50,3 casos por 100 mil habitantes, com tendo sido registrados 1.765 casos em 201. Para se ter uma ideia da discrepância com outros estados, Santa Catarina, que teve a segunda maior taxa, ficou com índice 25. No entanto, o RN registrou apenas sete casos de racismo.”

Data da notícia: 19/10/2020

Título: Proporção de negros nas prisões cresce 14% em 15 anos, enquanto a de brancos cai 19%, mostra Anuário de Segurança Pública

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/19/em-15-anos-proporcao-de-negros-nas-prisoos-aumenta-14percent-ja-a-de-brancos-diminui-19percent-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml>

“Em 15 anos, a proporção de negros no sistema carcerário cresceu 14%, enquanto a de brancos diminuiu 19%. Hoje, de cada três presos, dois são negros. É o que revela o 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado neste domingo (18) pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Segundo o Anuário, as prisões no país estão se tornando, ano a ano, espaços destinados a um perfil populacional cada vez mais homogêneo. “No Brasil, se prende cada vez mais, mas, sobretudo, cada vez mais pessoas negras.”

Amanda Pimentel, pesquisadora associada do Fórum, lembra que, além das condições que levam os negros a serem mais presos do que não negros, existe também o tratamento desigual dentro do sistema judiciário.

“As prisões dos negros acontecem em razão das condições sociais, não apenas das condições de pobreza, mas das dificuldades de acesso aos direitos e a vivência em territórios de vulnerabilidade, que fazem com que essas pessoas sejam mais cooptadas pelas organizações criminosas e o mundo do crime. Mas essas pessoas também são tratadas diferencialmente dentro do sistema de justiça. Réus negros sempre dependem mais de órgãos como a Defensoria Pública, sempre têm números muito menores de testemunhas. Já os brancos não dependem tanto da Defensoria, conseguem apresentar mais advogados, têm mais testemunhas. É um tratamento diferencial no sistema de justiça. Os réus negros têm muito menos condições que os réus brancos”, diz.

É importante ressaltar que, no mesmo período, no Brasil, houve, de fato, um aumento de brasileiros que se autodeclararam negros. Mas esse aumento foi proporcionalmente menor que o verificado nas prisões. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 56% da população é negra – percentual menor que o verificado nas cadeias.

O Anuário mostra que, historicamente, a população prisional do país segue um perfil muito semelhante ao das vítimas de homicídios.

“Em geral, são homens jovens, negros e com baixa escolaridade. Apenas em 2019, os homens representaram 95% do total da população encarcerada. No que se refere ao gênero, portanto, existe uma sobrerrepresentação masculina na população prisional, explicada em grande parte pela intensa associação existente entre ‘mundo do crime’ e valores viris, exercidos primordialmente por homens.”

A tendência de crescimento da população carcerária, porém, também atinge as mulheres. Em 2008, havia 21.604 pessoas do sexo feminino no sistema prisional; 11 anos depois, esse número cresceu, chegando a 36.926, um crescimento de 71% de prisões de mulheres.

Em relação aos jovens, chama a atenção que a principal faixa etária nas prisões seja a de 18 a 24 anos (26% do total). Logo em seguida aparecem os presos de 25 a 29 anos (24%).

O Anuário também fez a coleta de dados referentes a mortes e casos de Covid-19 em 2020 nos presídios do país. Houve 113 óbitos e 27.207 casos entre a população carcerária.

Segundo a publicação, dentro do sistema prisional brasileiro, a pandemia da Covid-19 e as medidas tomadas para contê-la causaram um agravamento das condições de encarceramento da população e aprofundaram as violações de direitos fundamentais.

Enquanto a incidência, fora das prisões, é de 2.245 casos de infecção para cada 100 mil habitantes, dentro do sistema prisional a taxa salta para 3.637 casos a cada 100 mil pessoas presas, afirma o Anuário.

“Os altos índices de incidência da doença no ambiente prisional, infelizmente, contam a história de uma tragédia anunciada. Desde os primeiros casos da doença registrados na China e na Europa, as informações disseminadas pela comunidade científica mundial, por meio da Organização Mundial da Saúde, dão conta de que o distanciamento físico é a medida mais adequada e eficaz para a contenção do vírus e, conseqüentemente, da doença causada por esse agente biológico. Diante desta evidência, como garantir distanciamento social entre as pessoas presas em um contexto de superlotação como o registrado nos sistemas prisionais de todos os estados brasileiros? Como garantir a distância mínima de um metro entre os quatro detentos que ocupam uma única vaga nas unidades prisionais do estado de Roraima? A impossibilidade desta divisão se expressa na disseminação descontrolada da infecção pelo coronavírus em grande parte dos estados.”

Data da notícia: 19/10/2020

Título: Detentos entram em confronto dentro de presídio em Cariri do Tocantins

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2020/10/19/detentos-entram-em-confronto-dentro-de-presidio-em-cariri-do-tocantins.ghtml>

“Detentos do Centro de Reeducação Social Luz do Amanhã, em Cariri do Tocantins, na região sul do estado entraram em confronto nesta segunda-feira (19). O tumulto teria começado após um grupo de presos organizar uma greve de fome para protestar contra as condições dentro da unidade e o outro grupo se recusar a participar.

Vídeos feitos de dentro do presídio e que circulam nas redes sociais mostram que parte de um muro foi quebrado e pedaços de concreto foram usados como armas e atirados de um lado para o outro do muro. O telhado de um dos pavilhões também aparece bastante danificado nas imagens.

A Secretaria da Cidadania e Justiça (Seciju) que administra o sistema prisional, informou que o princípio de motim foi controlado. Disse ainda que a "segurança reestabelecida na unidade" e que não houve mortes no confronto. Não foi divulgada nenhuma informação sobre se há feridos.

A nota diz ainda que "todas as celas estão sendo revistadas para garantir o bom funcionamento da unidade prisional".

Na frente de outros presídios do Tocantins, como o Barra da Grota, em Araguaína, e a Cadeia Pública de Miranorte, e a Casa de Prisão Provisória de Palmas houve manifestações. A mobilização foi organizada por parentes de presos que pedem a volta das visitas, suspensas por causa da pandemia do novo coronavírus desde o dia 14 de março. Também houve reivindicações relacionadas a alimentação que os presos recebem.

Um grupo também protestou em frente ao Palácio Araguaia, sede do governo do Tocantins, em Palmas. Os familiares estiveram na Praça dos Girassóis com cartazes e faixas.

Sobre as manifestações, a Seciju disse que "o Plano de Retomada Progressiva das visitas sociais no Sistema Penal foi concluído. O documento foi encaminhado ao Conselho Penitenciário Estadual para conhecimento dos demais Órgãos do Sistema de Justiça que atuam na Execução Penal".

Data da notícia: 19/10/2020

Título: Brasil tem maior queda em índice de liberdade de expressão entre 161 países, diz relatório

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/10/19/brasil-tem-maior-queda-em-indice-de-liberdade-de-expressao-entre-161-paises-diz-relatorio.ghtml>

“O Brasil apresentou a maior queda no indicador de liberdade de expressão em um relatório que analisa a situação em 161 países e que foi publicado nesta segunda-feira (19) pela organização internacional de direitos humanos Artigo 19.

A queda do Brasil foi a mais expressiva em todas as comparações realizadas: o indicador caiu 18 pontos em um ano (de 2018 para 2019), recuou 39 pontos em cinco anos (de 2014 para 2019) e 43 pontos em 10 anos (de 2009 para 2019). Com 46 pontos em um total de 100, o país ocupa a 94ª posição no ranking de 161 nações, atrás de todos os países da América do Sul, exceto a Venezuela.

Segundo o relatório, a queda “se acelerou com a chegada de Jair Bolsonaro ao poder, no início de 2019, com a perda de 18 pontos em apenas um ano”.

O documento destaca ainda os efeitos da pandemia de Covid-19 na propagação de desinformação, citando como exemplo mensagens de Bolsonaro em suas redes sociais que foram, posteriormente, apagadas pelas plataformas por trazerem informações falsas.

“A pandemia de 2020 fez do Brasil um exemplo extremo de como líderes autoritários e restrições à liberdade de expressão, combinados com desinformação, representam um alto risco para a saúde pública”, afirma o relatório.

A publicação traz recomendações para reverter a tendência negativa, destacando a liberdade no ambiente de trabalho para jornalistas.

“No Brasil e no mundo, é preciso garantir um ambiente de trabalho seguro para jornalistas, livre de ataques a organizações da sociedade civil e em que a população não encontre barreiras de acesso à informação pública e a uma internet livre de violações de direitos humanos”, afirma Denise Dourado Dora, diretora-executiva da Artigo 19.

A liberdade de expressão atingiu seu menor patamar no mundo todo em 2019. Cerca de 3,9 bilhões de pessoas, o que corresponde a 51% da população mundial, vivem em países onde a garantia deste direito está em crise. De acordo com a ONG, a queda foi puxada por restrições crescentes em países com grandes populações, como a China, Índia, Turquia, Rússia, Bangladesh e Irã, e por retrocessos e quedas alarmantes em países como o Brasil, Estados Unidos, Hungria e Tanzânia

O relatório de mais de 150 páginas dedica um capítulo inteiro a analisar a situação do Brasil. Os pesquisadores citam defensores do meio ambiente e indígenas como grupos ameaçados em termos de liberdade de expressão no país.

“A exploração [de recursos naturais] tornou-se uma parte fundamental do modelo econômico do novo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Quem se opõe a ele é tachado de antipatriótico e anti-desenvolvimento”, afirma o relatório.

O documento também destaca a atuação do presidente contra jornalistas. Levantamento da Repórteres sem Fronteiras em julho computou 53 ataques do presidente da República a repórteres.

“Jair Bolsonaro trouxe consigo uma grande escalada em ataques verbais a jornalistas: ele pessoalmente fez 10 ataques a jornalistas por mês em 2019, dirigidos particularmente a mulheres afrodescendentes e ativistas indígenas”, diz o relatório.”

Data da notícia: 21/10/2020

Título: Observatório propõe medidas para combater violência de gênero na política

Fonte pesquisada: <https://www.extraclasse.org.br>

Link da notícia: <https://www.extraclasse.org.br/movimento/2020/10/observatorio-propoe-medidas-para-combater-violencia-de-genero-na-politica/>

“A violência política de gênero acontece quando há discriminação contra mulheres candidatas ou eleitas, além de agressão física, psicológica ou sexual. Para colaborar no combate a essas atitudes, foi lançado nesta semana o Observatório de Violência Política contra a Mulher, que reúne especialistas de universidades e da sociedade civil em torno do tema.

O lançamento aconteceu em um evento virtual promovido conjuntamente pela Secretaria da Mulher da Câmara e pela ONG Transparência Eleitoral Brasil. A coordenadora-geral da organização não governamental, Ana Claudia Santano, explicou os principais eixos que serão trabalhados: compilar leis e projetos sobre violência política de gênero nos países da América Latina; fazer um diagnóstico a partir de dados coletados em alguns municípios brasileiros; verificar a situação das mulheres que estão nas casas legislativas e acompanhar as eleições municipais, principalmente a propaganda eleitoral e as manifestações nas redes sociais.

“Não é aceitável que, infelizmente, deputadas ainda recebam ameaças de morte, ou que eventualmente outras parlamentares ainda sejam assassinadas em outros lugares do Brasil”, disse. “A gente precisa parar com essa violência política urgentemente, que não é só física, é psicológica e acompanha a mulher parlamentar em suas atividades.”

As deputadas presentes ao debate deram exemplos da violência política de gênero. Jandira Feghali (PCdoB-RJ) lembrou a luta para conseguir, como parlamentar, o direito à licença-maternidade. Talíria Petrone (PSol-RJ), que denunciou à Organização das Nações Unidas (ONU) ter recebido ameaças, apontou que essa violência é mais aguda contra mulheres negras e indígenas. Maria do Rosário (PT-RS) lamentou os ataques que candidatas têm recebido em vários estados e afirmou que as próximas gerações de mulheres não podem ser desestimuladas a participar da política.

“Há uma tentativa de morte política, de sufocamento, de que essa mulher não se eleja mais e, portanto, nós somos sobreviventes”, declarou Maria do Rosário. “Há uma tentativa de que essa mulher não seja considerada para funções importantes dentro da Câmara. Quando exercemos funções políticas nos partidos ou nos parlamentos, também estamos ‘teimando’ em sobreviver.”

A coordenadora da bancada feminina da Câmara, deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), citou um estudo da Consultoria Legislativa da Casa sobre a participação feminina nas eleições municipais deste ano: as candidaturas cresceram um pouco, tanto nas eleições majoritárias, para as prefeituras, quanto nas proporcionais, para as câmaras de vereadores.

“O processo de fortalecimento passa também pela ocupação de espaços de poder nos partidos, nos órgãos de poder interno que preparam e validam as resoluções, que definem as regras de participação política”, enfatizou Dorinha.

Tramita na Câmara desde 2015 um projeto ([PL 349/15](#)) que combate a discriminação e a violência político-eleitorais contra a mulher. Durante o debate de hoje, as parlamentares disseram que outras propostas estão sendo elaboradas. A ideia é que as leis também tragam punições para quem praticar esse tipo de violência.”

Data da notícia: 22/10/2020

Título: FMI prevê 'amplo impacto' da pandemia no emprego na América Latina

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/22/fmi-preve-amplo-impacto-da-pandemia-no-emprego-na-america-latina.ghtml>

“O Fundo Monetário Internacional alertou nesta quinta-feira (22) que a pandemia terá um forte impacto sobre o emprego na América Latina, com um aumento significativo da pobreza e um retorno à renda real per capita anterior à covid-19 apenas em 2025.

"Espera-se que o choque da covid-19 tenha um amplo impacto sobre o emprego e elimine parte do progresso social feito pela região até 2015", disse o FMI ao publicar suas últimas perspectivas econômicas para a América Latina e o Caribe.

O FMI estima uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) regional de 8,1% em 2020. Mas, ao contrário das recessões anteriores, o emprego caiu mais fortemente do que o PIB no segundo trimestre de 2020: mais de 30 milhões de pessoas ficaram sem trabalho no Brasil, México, Chile, Colômbia, México e Peru.

As perdas de empregos foram mais marcantes entre as mulheres, especialmente no Brasil, na Colômbia e no Peru, bem como entre os jovens e trabalhadores pouco qualificados.

A incidência da pandemia no emprego informal também foi grave, o que em outras recessões agiu como um amortecedor.

O FMI prevê uma expansão de 3,6% em 2021, com "recuperação desigual" e "cicatrizes profundas".

"A maioria dos países não retornará ao PIB pré-pandêmico até 2023, e à renda per capita até 2025, mais tarde do que qualquer outra região", disse Werner, que escreveu o blog com Samuel Pienknagura e Jorge Roldós.

O relatório aponta — como já havia destacado o FMI — que isso "significa que a América Latina e o Caribe enfrentam a possibilidade de mais uma década perdida, como a dos anos 1980".

O FMI destacou que os países da América Latina e do Caribe anunciaram apoio fiscal equivalente a 8% do PIB regional para mitigar o impacto da pandemia.

"Essas medidas excepcionais são cruciais para apoiar a atividade econômica a fim de evitar desacelerações econômicas ainda mais fortes e repercussões sociais mais severas", apontou o relatório.

No Brasil, sem esse plano de emergência, a taxa de incidência da pobreza teria aumentado de aproximadamente 6,7% para 14,6%, observou.

Além das medidas fiscais, o FMI considerou positivas as leis aprovadas no Chile e no Peru para retirar antecipadamente os fundos de pensão, e elogiou o corte nas taxas de política monetária em toda a região.

Agora, a prioridade é deter a propagação do vírus e consolidar a recuperação econômica, disse o Fundo, pedindo que se evite a retirada de pacotes de ajuda, mas sem perder de vista a necessidade de futuras reformas estruturais que contemplem o acesso à saúde e educação e preservar o investimento público.

"Uma recuperação mais fraca do que o esperado e uma pandemia mais persistente imporão decisões mais difíceis para os governos. Cicatrizes e menor crescimento potencial do PIB aumentam os desafios políticos de curto prazo", alertou o texto. A conclusão é de que, embora as reformas estruturais possam lançar as bases para um crescimento mais sustentável e inclusivo, "os legados da pandemia são uma visão já incerta para a região".

Data da notícia: 22/10/2020

Título: Tribunais constitucionais têm 'papel central' na pandemia como mediadores de conflitos, diz Fux

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/22/tribunais-constitucionais-assumiram-papel-central-na-mediacao-de-conflitos-ligados-a-pandemia-diz-fux.ghtml>

"O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, afirmou nesta quinta-feira (22) que as cortes constitucionais têm sido fundamentais no enfrentamento à pandemia do novo coronavírus e assumiram "papel central" na mediação de conflitos.

Fux deu a declaração ao abrir o seminário virtual "Cortes Constitucionais, Democracia e Governança", organizado pelo STF em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Brazilian Studies Programme – projeto do Centro Latino-Americano da Universidade de Oxford.

"No momento atual, as cortes constitucionais têm assumido papel central no enfrentamento de um inimigo invisível e comum, o vírus Covid. Do Oriente ao Ocidente, a pandemia tem testado a resiliência das instituições políticas como nunca antes na história contemporânea", disse Fux.

Segundo o ministro, o Judiciário pretende adotar medidas que ampliem as liberdades individuais e econômicas e a colaboração entre os entes com o objetivo de executar políticas públicas e combater os impactos econômicos da pandemia.

O painel "Cortes Supremas, Governança e Democracia" foi mediado por Ana Paula de Barcellos, professora titular e doutora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Tom Ginsburg, professor na Universidade de Chicago, doutor em direito e em teoria do direito e políticas sociais pela Universidade da Califórnia, falou sobre o papel das cortes na democracia e na governança democrática e a crise de Covid.

"É um momento muito grave para vários países e nós vemos que a Corte estará envolvida, seja por ação ou por inação. Então, minha esperança é, dentro dessa jurisprudência, no sentido de salvar a democracia, o que podemos fazer como Cortes para preservar a democracia", disse.

Sobre a Covid, ele afirmou que os tribunais devem participar desse momento. "O prestígio da Constituição e da lei precisam ser seguidos. Antes de declarar uma emergência, um tribunal pode assegurar que os procedimentos corretos sejam seguidos", afirmou.

Rosalind Dixon, professora na Universidade da Nova Gales do Sul, doutora em direito pela Universidade de Harvard, disse se solidarizar com os brasileiros que têm sofrido com a Covid. Ela afirmou que há um entendimento de que a democracia é complexa. Por isso, para que os tribunais tenham sucesso, é preciso trabalho de forma colaborativa e o engajamento das Cortes em julgamentos estratégicos e pragmáticos.

Dixon também defendeu maior diversidade nos tribunais. Para a especialista, juízes com a mesma raça ou vivências parecidas com as das pessoas que acessam a Justiça têm mais chance de proferir decisões justas e corretas.

"Elas [as Cortes] passam uma mensagem ao público e isso exige juízes que sejam visivelmente diversos e que tenham uma relação com aqueles que são alvo de uma decisão judicial", disse."

Data da notícia: 24/10/2020

Título: Profissionais que atuaram na linha de frente contra Covid-19 no Hospital de Castanhal, no PA, reivindicam salários atrasados

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/10/24/profissionais-que-atuaram-na-linha-de-frente-contr-a-covid-19-no-hospital-de-castanhal-no-pa-reivindicam-salarios-atrasados.ghtml>

“Aproximadamente 220 profissionais que atuaram no tratamento da Covid-19 no Hospital Regional de Castanhal, nordeste do Pará, reclamam da demora para receber salários atrasados referente aos últimos dois meses. A unidade passou por demissão em massa, após queda de casos da doença na região, segundo os funcionários.

Inaugurado no dia 3 de junho para atender exclusivamente pacientes com Covid-19, o hospital está sendo desativado pela Secretaria de Saúde Pública do Pará (Sespa), devido à mudança da bandeira de risco em relação ao novo coronavírus, e deve passar por processo de desinfecção.

Um dos funcionários desligados, que preferiu não ser identificado, afirmou que o comunicado de dispensa foi assinado no último sábado (17) e que a previsão do pagamento seria na sexta (23), mas os trabalhadores foram até o departamento de recursos humanos e nada foi resolvido. Eles dizem que só devem assinar a rescisão contratual quando os salários atrasados forem pagos pela Sespa.

"É uma sensação de desrespeito e total falta de caráter da entidade superior", relata.

"Estávamos na linha de frente sempre, inclusive muitos profissionais adquiriram Covid-19 na assistência aos pacientes. Fomos totalmente expostos para agora sermos descartados e desprezados como lixo. É muito revoltante! Só queremos salvar vidas. Nós salvamos muitas vidas. E em questão de dias estávamos todos no meio da rua", afirma o profissional.

Entre os trabalhadores desligados estão enfermeiros, médicos, equipe de higienização, copa, maqueiros, diretoria, gerência assistencial. O grupo afirma que muitos não têm condições de ser transferidos para outro município.

Em nota divulgada na última quinta (15), a Sespa disse que serão lançados editais de contratação de Organização Social para gerir as unidades hospitalares dentro do perfil de atendimento necessário para a região de Castanhal.

Sobre os pagamentos atrasados, a Sespa disse neste sábado que "está aguardando a Organização Social responsável dar entrada nos documentos pendentes para então realizar o repasse da verba".

Data da notícia: 30/10/2020

Título: Sem emprego e prestes a perder a casa: a realidade das mães da Ocupação dos Queixadas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/10/30/sem-emprego-e-prestes-a-perder-a-casa-a-realidade-das-maes-da-ocupacao-dos-queixadas>

“Cerca de 100 famílias da Ocupação dos Queixadas, localizada em Cajamar, região metropolitana de São Paulo, podem ser desalojadas durante os próximos 90 dias, em pleno período de pandemia. Criada em 2019, por trabalhadores desempregados, principalmente mães com crianças pequenas e idosos, a ocupação recebeu ordem de reintegração de posse proferida pela juíza de primeira instância Gina Fonseca Corrêa, na última semana de setembro deste ano.

Uma das pessoas que pode ficar sem casa durante o processo é Cecília Nascimento, de 83 anos. Moradora da comunidade desde o seu início, ela conta que buscou abrigo na ocupação após não conseguir mais dar pagar as contas que vinham aumentando a cada mês.

“Com o valor dos aluguéis, não dá. Porque ganhamos só um 'salarinho', e temos que acabar escolhendo entre morar ou comer. Então, morar aqui para mim é muito bom. Porque precisamos de moradia.”

Ela não é a única que afirma que os altos valores dos aluguéis, em comparação com os baixos salários é o motivo principal da busca pela ocupação. Neuma Salen, costureira desempregada também afirma que mora atualmente no Queixadas porque não consegue mais pagar aluguel e sustentar três filhos.

“Olha, eu já trabalhei muito de costureira e eu já criei três filhos, praticamente sozinha, e é difícil, viu. Eu mesma se for pagar aluguel agora, água e luz e tudo, não dá. Fica sem nada pra outras coisas.”

Além do medo do despejo, os moradores também sofrem com ameaças dos supostos proprietários do terreno. Uma das irmãs, Vera Lúcia Zanotti, conhecida "bolsonarista" da cidade, promove constantemente ameaças à comunidade, inclusive soltando rojões no local. “É desumano o que estão fazendo. Porque, primeiro, a maioria, se sair daqui, não tem onde ir. Não vão conseguir dinheiro para pagar o aluguel, porque as pessoas estão desempregadas. E a gente sabe que vai ser muito difícil conseguir emprego”, diz Vanessa Mendonça, moradora da ocupação e liderança do movimento Luta Popular, que ajuda na organização da ocupação.

A prefeitura também é alvo de crítica dos moradores, pois retirou o status de Zona Especial de Interesse Social (Zeis) do terreno, logo após o processo ter sido aberto. Segundo esse status, o uso prioritário da área deveria ser justamente a moradia social.

“Esse imóvel estava demarcado como Zeis, porém, no final do ano, durante remodelamento do plano diretor da cidade, que ocorreu sem participação da população, mudaram o zoneamento da cidade. Então, justamente o terreno da ocupação, perdeu o status de Zeis, que deveria ter como prioridade o uso para moradia social”, detalha o advogado Avanilson Araújo.

Em resposta, a Prefeitura afirmou que a delimitação do loteamento foi realizada de forma regular, por meio da lei complementar 179, referente à revisão do Plano Diretor.

"Agora, estamos trabalhando num agravo para conseguir a nulidade da audiência. Porque a audiência não permitiu produção de provas de titularidade da propriedade. Segundo, porque estamos em plena pandemia. E terceiro, pela ausência de prova de posse pelos supostos proprietários", resume Araújo.

No próximo domingo (1º), a comunidade está organizando um ato para denunciar o despejo e tentar reverter a decisão judicial."

Data da notícia: 30/10/2020

Título: Após incêndio, trabalhadores protestam contra o fechamento do Hospital de Bonsucesso

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/10/30/apos-incendio-trabalhadores-protestam-contra-o-fechamento-do-hospital-de-bonsucesso>

"Na manhã desta sexta-feira (30), trabalhadores concursados e terceirizados do Hospital Federal de Bonsucesso fizeram uma manifestação em frente a unidade, localizada na zona norte do Rio de Janeiro. O grupo protestou contra o anúncio de fechamento do hospital, feito na última quinta-feira (29) pelo diretor do corpo clínico da unidade, o médico Júlio Noronha.

"Não vai fechar, nós não vamos deixar", gritaram os funcionários do hospital com cartazes com frases contra o desmonte da saúde pública na cidade. No microfone, pediram por transparência nas decisões e na divulgação da perícia da Defesa Civil que irá avaliar se a estrutura do prédio corre riscos de desabamento.

Outra manifestação já foi convocada pelos trabalhadores nas redes sociais para a próxima terça-feira (3), a partir das 9h, em frente a unidade.

O hospital foi seriamente afetado por um incêndio na última terça-feira (27). Após o incidente, a direção anunciou que a unidade vai fechar as portas por tempo indeterminado a partir deste domingo (1º).

Segundo a direção do hospital informou à imprensa, os funcionários da unidade deverão entrar em férias coletivas nos próximos dias, com exceção de 22 médicos dos setores de Nefrologia e Transplante, que serão aproveitados no Hospital Federal da Lagoa.

Uma idosa de 73 anos foi a quarta paciente morta após o incêndio, segundo informou a Secretaria Municipal de Saúde do Rio (SMS), na última quinta-feira (29). Ela e as outras três vítimas morreram após serem transferidas para outras unidades de saúde da capital.

A idosa estava internada em estado grave, assim como os outros três pacientes que tiveram a morte confirmada até agora. Além dela, as outras vítimas são duas mulheres diagnosticadas com covid-19 e um homem que estava em tratamento por infecção bacteriana.”

Data da notícia: 30/10/2020

Título: Bolsonaro, faça como Dilma Rousseff e fortaleça a atenção básica do SUS

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/10/30/bolsonaro-faca-como-dilma-rousseff-e-fortaleca-a-atencao-basica-do-sus>

“O SUS tem que ser para todos e não um negócio para poucos.

Bolsonaro foi obrigado a recuar no seu decreto conjunto com o ministro da Economia. Sem envolver o ministro da Saúde, sem envolver os municípios, ele tinha colocado "a venda" as Unidades Básicas de Saúde e os serviços de atenção primária em saúde do Brasil.

Em parceria com o setor privado, ele tenta agora construir um discurso e uma saída para a sua vontade e sede de corresponder à interesses privados, oportunidades de negócios na atenção primária em saúde, como disse o Guedes.

Na semana passada todos nós ficamos chocados com a postura de Bolsonaro de colocar a vida de milhões de brasileiros em risco - e a nossa recuperação econômica - ao afirmar que não permitiria a incorporação de vacinas no Sistema Único de Saúde independente de qual país viesse essa vacina. E nesta semana Bolsonaro e Guedes tentaram por a venda exatamente as unidades de saúde, os profissionais de saúde, os serviços que fazem a vacinação no país – a chamada atenção primária ou atenção básica de saúde, que é gerenciada pelos municípios em todo o país.

Agora, Bolsonaro promete refazer o decreto inspirado em uma proposta, em uma ideia da presidenta Dilma Rousseff (PT). Eu que fui ministro da Saúde da presidenta Dilma com muito orgulho, gostaria de lembrar aqui o que Dilma fez na atenção básica de saúde no Brasil, para quem sabe inspire, de fato, Bolsonaro a fazer o que Dilma fez e não aquilo que ele acha que ela fez – ou a ideia distorcida vendida por Guedes.

Bolsonaro diz inclusive que precisa fazer a parceria com o setor privado para concluir unidades básicas de saúde que não foram concluídas. Sabe porque os municípios não construíram UBS? Porque vocês cortaram recurso, desmontaram e pararam o Requalifica UBS. Também porque os municípios têm receio de concluir uma obra e equipar a UBS porque não tem mais recursos para custear a Unidade Básica de Saúde e não tem mais a garantia do médico do Mais Médicos. Em resumo, não sabem o que fazer com a obra, caso eles consigam terminar essa obra.”

Data da notícia: 30/10/2020

Título: PR: manifestantes ocupam Secretaria de Educação contra militarização das escolas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/10/30/pr-manifestantes-ocupam-secretaria-de-educacao-contra-militarizacao-das-escolas>

“Na manhã desta sexta-feira (30), professores e estudantes da rede estadual de ensino do Paraná realizaram um ato público em frente à Secretaria da Educação e do Esporte (SEED) pedindo a suspensão do projeto, do governador Ratinho Jr. (PSD), que pretende militarizar mais de 200 escolas públicas.

Além dessa reivindicação, os manifestantes denunciam atos arbitrários do atual secretário de educação, Renato Feder, como um contrato sem licitação, no valor de R\$ 3,5 milhões, para realizar provas destinadas ao regime de contratação temporária pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS). Ao final do ato, os participantes ocuparam a sede da secretaria pedindo por diálogo. O objetivo é permanecer até que o governo abra o diálogo.

"Nós viemos aqui para fazer a denúncia de tudo o que está acontecendo e, ao mesmo tempo, reivindicar o direito legítimo de sermos ouvidos pelo secretário de educação, Renato Feder. Chegamos a pedir, dias atrás, que uma comissão fosse ouvida, mas isso não aconteceu," explicou o professor Hermes de Leão, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP Sindicato).

A principal pauta é dialogar sobre a proposta de militarização das escolas estaduais que vem sendo encaminhada pelo governo, sem conversa com a comunidade escolar. A proposta prevê que as instituições de ensino selecionadas funcionem em regime de cooperação técnica entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública, com as direções das escolas serão divididas entre um diretor da rede estadual e um militar.

Os professores, os estudantes e os pais não chegaram a ser consultados antes de a proposta ser encaminhada para votação. Nesta semana, o governo convocou os pais de alunos para que fossem até as escolas votar se querem ou não o modelo. Porém, há denúncias que os pais foram assediados dentro das escolas por pessoas do governo para que aderissem ao projeto. Além disso, muitas famílias foram votar desconhecendo totalmente a proposta.

Outro tema que está na pauta da manifestação é sobre o recente publicado edital para concurso PSS. A APP Sindicato protocolou uma representação no Tribunal de Contas do Estado (TCE) contra o governo do Paraná por um contrato sem licitação, no valor de R\$ 3,5 milhões. O negócio visa a aplicação de provas destinadas a selecionar professores e pedagogos para atuação na rede pública estadual, em regime de contratação temporária pelo processo seletivo simplificado (PSS).

O sindicato pede que o TCE declare o contrato ilegal, suspenda de forma imediata os seus efeitos e exija do governo a realização de concurso público para suprir a defasagem de docentes nos colégios estaduais. Na representação, a APP Sindicato acusa o governo de também violar o princípio do concurso público, previsto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal. “Se é possível realizar um processo seletivo com provas e características de concurso público, é possível também realizar concurso público”, diz o texto.

Atualmente, cerca de 20 mil professores paranaenses estão nessa situação, trabalhando em um regime considerado precário, em que podem perder o emprego a qualquer momento. Desde a implantação da lei, a seleção dos docentes não inclui a realização de prova. A classificação é feita com base nos títulos acadêmicos e tempo de experiência na função apresentados por cada candidato.”

Data da notícia: 31/10/2020

Título: Brasil mantém patamar superior a 150 mil novos casos da covid-19 por semana

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/10/31/brasil-mantem-patamar-superior-a-150-mil-novos-casos-da-covid-19-por-semana>

“Os números consolidados da semana que se encerrou neste sábado (31) indicam que o país não conseguiu manter os números de novos casos da covid-19 abaixo do patamar de 150 mil a cada sete dias. O Brasil havia registrado dados inferiores a essa marca na segunda semana de outubro. Contudo, tanto no período seguinte, quanto nesses últimos dias do mês, o total de contaminados superou a barreira.

São dados bem menos expressivos que os registrados entre junho e setembro. Nesses meses o país chegou a ter mais de 300 mil casos por semana. Ainda assim, o patamar acima de 150 mil mantém o Brasil entre as nações que mais registram números absolutos de pacientes com covid-19. De acordo com as informações do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), os novos casos aumentaram em nove estados.

No Sudeste tiveram alta Rio de Janeiro (de 9.254 para 11.154) e São Paulo (de 26.621 para 26.872). No Sul, Santa Catarina (de 10.213 para 13.962) e Rio Grande do Sul (de 11.384 para 13.500) também registraram maior número de infectados. Na região Nordeste houve mais casos em Pernambuco (de 3.297 para 3.673) e Paraíba de (2.242 para 2.491). No Norte, Pará (de 5.639 para 6.314) e Acre (de 524 para 539) relataram registros mais expressivos e no Centro-Oeste houve incremento no Mato Grosso do Sul (de 2.588 para 2.745).

Os registros de mortes seguem crescendo em velocidade menor a cada semana. Entre o domingo (25) e este sábado (31), foram confirmados 2.980 óbitos. É a primeira vez desde o fim de abril que a soma de sete dias fica abaixo de 3 mil. Os números totais de casos fatais do novo coronavírus chegaram a 159.883 neste sábado (31). Foram confirmados 406 óbitos em um dia. A soma de contaminados é de 5.535.460 e somente nas últimas 24 horas houve registro de 18.802 novos pacientes.

O Fórum Nacional de Governadores articula uma audiência com a Organização Mundial da Saúde (OMS) para iniciar diálogos sobre a vacina contra a covid-19. A intenção é alinhar os trabalhos pela vacina no Brasil às ações desenvolvidas globalmente pela OMS. O governador do Piauí, Wellington Dias (PT) será o representante do Fórum na conversa com o médico brasileiro Jarbas Barbosa, diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e da oficina regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Há ainda a expectativa de uma reunião com o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. O grupo que entender como a pasta vai se articular a partir da aprovação de um imunizante pela Anvisa, principalmente no que diz respeito à incorporação da vacina ao Plano Nacional de Imunização. Na agenda estão previstos também encontros com os presidentes da Câmara e do Senado, com a intenção de garantir recursos para a campanha de vacinação.

“Precisamos saber qual o volume de recursos para garantir essa grande operação de imunização e o Congresso é quem vai aprovar este montante. Qualquer que seja a vacina, se ela for aprovada cientificamente e com autorização da Anvisa, governos e municípios terão dificuldade de fazer imunização sem o apoio do Governo Federal”, explica Dia.”